

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE E A ESCOLA – REFLEXÕES INICIAIS

Thais Mascarenhas de Jesus

Claudionor Alves da Silva

Danielle Dias Alves

Laize Nepuceno da Silva

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão acerca da relação entre a escola, os professores e o aluno com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). O TDAH é um dos mais frequentes distúrbios comportamentais que ocorrem entre as crianças. É um transtorno no desenvolvimento do autocontrole, marcado por déficits referentes aos períodos de atenção, ao manejo dos impulsos e ao nível de atividade. É caracterizado pela dificuldade de manter atenção, pela agitação e inquietude, o que muitas vezes pode configurar em hiperatividade e impulsividade. O propósito foi investigar questões que envolvesse o processo de ensino e aprendizagem de crianças com diagnóstico de TDAH. O foco da investigação foi o atendimento oferecido aos alunos tanto na sala de aula quanto na sala multifuncional, onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para tal, tomou-se como referência uma professora e a especialista da sala do AEE, de uma escola municipal de Vitória da Conquista, Bahia. A análise dos dados evidencia que tanto a professora quanto a especialista têm buscado auxílio para sua ação pedagógica, por meio da pesquisa de novas possibilidades que contribuam com a sua ação profissional. Assim, demonstram tentativas de oferecimento ao aluno com TDAH um ensino de qualidade sem segregá-lo no espaço escolar. Os dados revelam ainda que se faz necessário que os professores tenham conhecimento sobre a hiperatividade, o que muito vai auxiliá-los em salas de aula, no convívio com os alunos, reconhecendo-os e/ou identificando-os.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Inclusão escolar. TDAH.

Introdução

Entendemos por educação inclusiva o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino em todos os níveis, garantindo a estas o acesso, permanência e a aquisição do conhecimento produzido ao longo da história pela humanidade.

Nos últimos anos do século XX, tal direito foi discutido de maneira mais ampla. A carência de erguer uma instituição de ensino em que a prática pedagógica seja sustentada de forma a responder às necessidades de todos os alunos, da mesma maneira, sem distinção, assumiu-se a partir daí documentos legais nacionais e internacionais. Nos anos iniciais deste século, há um avanço em relação à legislação e, conseqüentemente, às políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas com deficiências. Podemos citar a Convenção da

Guatemala (2001), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, constituição como Decreto Legislativo nº 186/2008 (BRASIL, 2008) entre outros dispositivos legais.

Desta forma, a lei assegura os direitos das pessoas com deficiência para que logre acesso á educação, de acordo com o artigo 205 da Constituição, que define a educação como um direito de todos. Hoje, a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns das escolas regulares, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

A educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela intelectual, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (Lei nº 9 394/96 LDB Artigo 58).

Nesse sentido, buscamos discutir no decorrer deste estudo alguns aspectos sobre o TDAH, mesmo não estando incluído na categoria das deficiências, nem dos transtornos globais. No entanto, o fato de o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) não ser uma deficiência ou um transtorno global, não dispensa as instituições educacionais de adotarem um olhar solidário, pedagógico e individualizado para as dificuldades decorrentes desse fenômeno, especialmente quando devidamente diagnosticado.

O TDAH é um dos mais frequentes distúrbios comportamentais que ocorrem em crianças. Ele representa, junto com a dislexia, a principal causa do fracasso escolar, sendo que a dificuldade de aprendizagem está presente em 20% das crianças com este transtorno. Entretanto, esses alunos podem se beneficiar de um conjunto de leis, resoluções e diretrizes nacionais que garantem a sua permanência na escola regular.

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão acerca da relação entre a escola, os professores e o aluno com TDAH e sua possível inclusão no contexto educacional. O estudo justifica-se pela necessidade de oportunizar uma melhor compreensão do tema e de trazer uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na classe comum regular, mais especificamente os alunos com TDAH. Esperamos que essa reflexão permita repensar o que poderia se aprender com professores que têm alunos com TDAH e se eles e a escola estão contribuindo para a o acesso de seus alunos ao conhecimento.

A pesquisa se deu no contexto de uma escola da rede municipal do ensino fundamental dos anos iniciais de Vitória da Conquista. Tomamos como referência uma professora de uma classe que tinha um aluno com diagnóstico de TDAH e a especialista que atua na sala multifuncional. Esta pesquisa se insere numa proposta metodológica de cunho qualitativo e

seu desenvolvimento se deu por meio de uma entrevista semiestruturada. No contexto da análise, elas são denominadas de Professora I e professora II, para preservar a sua identidade. Nesse momento, o objetivo foi verificar como se tem dada à inclusão dos alunos com TDAH e a relação do professor com esse aluno no processo de ensino-aprendizagem dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Vitória da Conquista.

A análise dos dados evidenciou que tanto a professora quanto a especialista têm buscado auxílio para sua ação pedagógica, por meio da pesquisa de novas possibilidades que contribuam com a sua ação profissional. Assim, demonstram tentativas de oferecimento ao aluno com TDAH um ensino de qualidade sem segregá-lo no espaço escolar. Os dados revelam ainda que se faz necessário que os professores tenham conhecimento sobre a hiperatividade, o que muito vai auxiliá-los em salas de aula, no convívio com os alunos, reconhecendo-os e/ou identificando-os.

Nesse sentido, segue um referencial teórico sobre o TDAH e, posteriormente, a análise dos dados construídos para melhor compreensão do objeto de estudo.

Definindo o TDAH

Segundo Barkley (2002), o TDAH é um transtorno no desenvolvimento do autocontrole, marcado por déficits referentes aos períodos de atenção, ao manejo dos impulsos e ao nível de atividade. É caracterizado pela dificuldade de manter atenção, pela agitação e inquietude, o que muitas vezes pode configurar em hiperatividade e impulsividade. As crianças com TDAH são descritas como desligadas, agitadas, aborrecidas e desmotivadas frente às tarefas, sem força de vontade, bagunceiras e desorganizadas. A essa patologia podem estar relacionados os fracassos escolares, as dificuldades emocionais e dificuldades de relacionamento em crianças e adolescentes.

No século XVIII, surgiram as primeiras descrições dos transtornos de atenção pelo médico escocês Alexander Crichton (1763 – 1856). Ele acreditava que essa deficiência já nascia com a pessoa ou surgia com o efeito de doenças e que alguns pacientes tinham essa desatenção patológica, sendo ela uma incapacidade de manter a atenção a qualquer evento com um grau necessário de constância, ou uma total suspensão da capacidade de atenção no cérebro. Os sintomas típicos desse transtorno foram descritos pela primeira vez em 1845, pelo médico Heinrich Hoffman em seu livro de poemas sobre crianças e seus comportamentos.

No ano de 1902 houve a primeira descrição médica pelo médico inglês George Still que o definiu como “um defeito no controle da moral”. Still defendeu a hipótese de que essa condição teria como base um substrato biológico que poderia ser hereditário e/ou relacionado à encefalopatia adquirida e não como consequência de uma má-educação ou depravação como até então se acreditava. A partir daí, várias denominações surgiram tais como: lesão cerebral mínima, disfunção cerebral mínima, síndrome da criança hiperativa, distúrbio primário da atenção e distúrbio do déficit de atenção com ou sem hiperatividade. Essas mudanças refletiam as incertezas dos pesquisadores acerca das causas e os critérios para o diagnóstico preciso para este transtorno.

Acreditava-se que o TDAH estaria relacionado com a maturação cerebral na infância e que desapareceria no início da vida adulta. No entanto, somente na década de 70 um grupo de pesquisadores, por meio de observações clínicas, passou a defender a ideia de que em alguns indivíduos que apresentaram TDAH durante a infância poderiam continuar a apresentar muitos dos sintomas do TDAH na vida adulta. Estudos recentes têm observado que entre 30% a 70% das crianças com o TDAH continuam com sintomas ao longo da vida, suficientemente graves para causar prejuízo em seu desempenho diário. Portanto, o TDAH pode provocar um grande impacto na vida familiar, escolar e social da criança e, provavelmente por isso, tem despertado o interesse por esse tema no meio acadêmico-científico.

O TDA/H e os problemas de aprendizagem

As crianças diagnosticadas com TDAH apresentam uma dificuldade de aprendizagem especialmente no âmbito escolar, afetando o controle das funções executivas da atenção e auto regulação em geral. Por esse motivo a concentração, memória de curto prazo e velocidade de processamento mental ocorre de forma lenta, dificultando a capacidade de absorver o conteúdo aprendido.

Esse transtorno neurobiológico pode levar a um transtorno de aprendizagem ou ao TOD (Transtorno Opositivo Desafiador) se, por vezes, não diagnosticado ou tratado com um profissional da área, essa criança pode se tornar um adulto com TDAH. O aluno com Transtorno de Atenção e hiperatividade deve ser motivado e tratado com compreensão. Dessa maneira, o profissional conseguirá um melhor desenvolvimento e avanço.

Entre meninos, o transtorno pode ser identificado pela inquietude, desatenção e comportamento de impulsividade. No caso das meninas, é mais notado pela apatia e consequente introspecção. Tal situação é um passo para que os colegas de sala de aula se afastem da criança, levando-a ao estigma de ser diferente dos demais. Isso causa ansiedade e depressão na criança, pois ela logo perceberá a maneira como lhe tratam.

Quando o aluno passa pela situação de isolamento pelos colegas e professores; assim como o desenvolvimento de ansiedade e depressão, ele tende a abandonar a escola. Isso acontece quando o adolescente com TDAH não recebe o tratamento ideal. Alguns estudos associam o TDAH com um dos motivos principais da evasão escolar. A importância de se tratar o TDAH está no fato de que o transtorno pode gerar situações ruins para a pessoa na vida adulta. Pesquisas também apontam que usuários de drogas, álcool e que cometem outros atos pode ter tido TDAH na infância.

Segundo Benczik e Casella (2015, p. 94):

No âmbito familiar, esse transtorno é sentido como um fator que promove dificuldades no convívio e no dia-a-dia. Em casa, os pais acusam a criança de "não escutar", de não seguir regras e normas, de não conseguir completar as solicitações mais simples, de reagir com agressividade e de não tolerar frustração. O excesso de atividade motora, o alto nível de impulsividade evidenciada na antecipação das respostas e na incapacidade para esperar a sua vez, diante de um acontecimento, pode provocar, geralmente, um impacto negativo nas relações sociais e ou familiares e promover um alto nível de estresse com quem convive com a criança ou adolescente. As interações familiares de pais e filhos que tenham o diagnóstico de TDAH são marcadas, frequentemente, por mais conflitos, sendo a vida da família caracterizada, geralmente, pela desarmonia e discórdia, impactando na qualidade de vida de todos os membros do núcleo familiar. Muitos pais relatam depressão, um nível baixo de autoestima e fracasso em seu papel como pais, bem como, pouca satisfação com o envolvimento em suas responsabilidades paternas, sentimentos de incompetência em relação às suas habilidades de educar e bem-estar psicossocial inferior, em comparação a outros pais.

Dessa maneira concluímos que os problemas do TDAH, se não tratados devidamente, irá cada vez mais se agravando e trazendo complicações para a vida do indivíduo. Nesta perspectiva, compreendemos a importância do tratamento e acompanhamento de um profissional especialista para o caso, assim como o professor que atenderá essa criança deve ter a formação e estudos direcionados para a área. Com esse conjunto de profissionais, o desenvolvimento e desempenho do aluno acontecerão de maneira positiva.

Análise de dados

Primeiramente, as entrevistadas apresentaram de forma objetiva sobre o conhecimento que elas tinham a respeito do assunto e, em seguida, as perguntas versavam sobre as concepções de TDAH, tratamento e atendimento de crianças com TDAH na sala de aula, sobre inclusão educacional, as características e sintomas de TDAH. No que tange ao questionamento acerca da forma que os professores trabalham com essas crianças em sala de aula em decorrência de sua inquietação, a professora I colocou que: “o professor deve ter muita paciência, buscar informações que possam ajudá-lo a lidar com a criança hiperativa e que o aluno dela era bastante calmo e muito inteligente, pois já tinha um acompanhamento médico e uma interação entre a escola e a família”.

As dificuldades apresentadas pela professora referem-se à falta de domínio do assunto, o que impede de introduzir adaptações e metodologia que possam beneficiar tanto os alunos com TDAH, quanto os demais. A grande dificuldade apontada pela professora, assim, é a carência de material didático disponível. Segundo ela, a escola não recebe material específico para trabalhar em sala de aula, ficando a critério do professor criar estratégias para proporcionar a aprendizagem desses alunos.

Conforme a professora II, as dificuldades de trabalhar com alunos com características de TDAH é que “há diversas dificuldades no espaço escolar para atender todos os alunos de forma geral, inclusive os com necessidades educacionais especiais”. Segundo ela, faltam materiais, especialista para cada uma dessas deficiências, falta uma boa estrutura e acessibilidade e na sala de aula o maior problema é o número de alunos.

Sobre as estratégias e a carência de materiais, Peres (2014, p. 25) afirma que:

(...) o aluno com TDAH tem necessidades educativas próprias e específicas para que aconteça uma aprendizagem satisfatória. Requer uma atenção individualizada, não um trabalho individual efetivamente, mas sim dar uma atenção mais direta. O tempo dele é diferente, por isso dar mais tempo ao aluno para determinados conteúdos é fundamental, pois facilita sua organização e realização das atividades.

As professoras afirmam que, ao receberem na sala um aluno com necessidades educacionais especiais, não lhes são oferecidas nenhuma formação, orientações de algum especialista no assunto para facilitar a relação professor/aluno neste processo tão complexo, que é o de ensino/aprendizagem. Não há um acompanhamento com um especialista e fica ao critério do professor buscar aprofundamento no assunto e também se especializar, conforme a

professora I. A professora II, para justificar o empenho dos professores, em sala de aula, afirma que “a maioria dos professores são especializados em uma determinada deficiência, entretanto não foi um curso obrigatório, nem oferecido pelo sistema de ensino, mas sim uma busca voluntária de cada professor”.

Com base nas informações dadas pelas professoras, evidencia-se que os alunos são incluídos na rede regular de ensino sem que haja um preparo dos profissionais para atenderem a demanda. Dessa forma, não será uma tarefa fácil por parte do professor, considerando que:

(...) é uma tarefa difícil ser professor de crianças com TDAH, pois esta requer do professor muita dedicação, paciência e principalmente, possuir vasto conhecimento sobre o distúrbio e suas implicações para a aprendizagem, pois este pode ocasionar na criança atrasos e até mesmo fracasso escolar. (SCANDAR, 2009, p. 67).

As professoras não se sentem totalmente preparadas, pois percebem a formação insuficiente para atender às especificidades dessas crianças. O conhecimento que elas têm acerca do TDAH não lhes dá segurança para desenvolver um trabalho pedagógico eficiente. Quando se deparam com esse tipo de aluno em sala de aula, as dificuldades ocorrem tanto do aluno para o professor, quanto do professor para o aluno, isto é, os alunos não conseguem realizar as atividades e não compreendem o que o professor expõe. Daí ocorre uma espécie de segregação em suas salas de aula.

A professora II, por desenvolver atividades de forma mais individualizada, considerando o espaço de atendimento, relata que a criança com TDAH é incapaz de inibir atitudes e situações, não possui autocontrole, toma decisões apressadas, não avaliando adequadamente e sem pensar nas alternativas possíveis. Desse modo, suas atitudes acabam sendo equivocadas. Isso confirma o posicionamento de Braglia (2014, p. 36), ao constatar que o aluno hiperativo “torna-se barulhento, mexe-se o tempo todo, bate mãos e pés freneticamente, sai do lugar passeando pela sala, se apropria dos materiais dos colegas muitas vezes sem pedir. Ao não conter seus ímpetos tumultuam a sala de aula, seus colegas e professores”.

Para as professoras, não fazem muito sentido o formato de inclusão educacional dos alunos diagnosticados com TDAH sem que a escola e os professores sejam plenamente preparados para o atendimento. As professoras confirmam que as características que são próprias das crianças hiperativas não permitem que elas aprendam. Segundo as professoras as crianças com TDAH não esperam sua vez para falar e acabam respondendo às perguntas antes

do seu término, falam o tempo e não respeitam os colegas, interrompendo-os. “Eles acham que só existem eles na sala de aula”, afirma a professora I.

As narrativas das professoras deixam evidentes que essas características das crianças com TDAH contribuem de forma negativa na relação delas com seus colegas e professores. Essa desatenção prejudica todo o processo pedagógico, de forma que compromete não só o seu próprio aprendizado como dos demais alunos da classe. Os alunos com TDAH, segundo as professoras, percebem uma dificuldade de compreender as tarefas, apresentam desordem na interpretação das informações, o que compromete o seu desenvolvimento cognitivo.

Sendo assim, o trabalho do educador é de fundamental importância, pois auxilia atuando diretamente sobre a dificuldade escolar apresentada pelos alunos, suprimindo a defasagem, reforçando o conteúdo e possibilitando condições para que novas aprendizagens ocorram. Para que haja um trabalho eficaz de educação para crianças com TDAH é necessária uma interação maior entre escola e família, professor e aluno de modo que todos sejam conhecedores da situação e estejam unidos nesta tarefa.

Os dados desta pesquisa revelam, desse modo que na escola, toda a equipe de profissionais deve estar envolvida para dar o suporte necessário, estabelecendo um contato estreito e regular com a família. Conforme Silva (2003, p. 81) cabe ao professor as seguintes regras:

(...) sempre elogie o aluno quando ele conseguir se comportar bem ou realizar uma tarefa difícil. É melhor do que puni-lo seguidas vezes e ele sair dos trilhos. Nestes casos, estimule-o a compensar os erros que cometeu. Se ele desorganizou uma estante, por exemplo, incentive-o a organizá-la. Isso terá um triplo efeito: Mostrar ao aluno qual é o comportamento correto, fazer se sentir útil e, conseqüentemente, diminuir sua frustração com o erro.

Enfim, cabe ao professor utilizar técnicas para o desenvolvimento pleno do educando na sala de aula tais como: técnicas como jogos de exercícios sensorio-motores, ou de combinações intelectuais, como damas, xadrez, carta, memória, quebra-cabeça, entre outros; Os jogos com regras permitem à criança, além do desenvolvimento social quanto a limites, a participação, o saber ganhar, perder, o desenvolvimento cognitivo, e possibilita a oportunidade para a criança detectar onde está, o porquê e o tipo de erro que cometeu, tendo a chance de refazer, agora, de maneira correta. Deve ainda utilizar mecanismos e/ou ferramentas para compensar as dificuldades memoriais: tabelas com datas sobre prazo de entrega dos trabalhos solicitados, usar post-it para fazer lembretes e anotações para que o aluno não esqueça o conteúdo. Outra técnica bastante interessante é a de despertar na criança

o gosto pela leitura, através de assuntos e temas de seu interesse e também aguçar a curiosidade por conhecer novos livros, revistas e gibis. A utilização de contos de fadas e suas dramatizações podem ser utilizadas desde a fase do diagnóstico até a fase de intervenção educativa, adaptando-se as tarefas, em razão do nível de aprendizado em que a criança se encontra.

Considerações Finais

O desenvolvimento deste estudo nos revelou o quanto é importante que o educador conheça o universo do TDAH e suas implicações e tenha consciência de que as pessoas com esse distúrbio carecem de um atendimento educacional diferenciado. Quando cuidados por pessoas especializadas, certamente se tornarão indivíduos mais realizados e felizes. . Deste modo, é importantíssimo o professor esteja bem orientado e preparado para saber lidar com essas deficiências.

Durante a realização deste estudo, pudemos constatar que as professoras atualmente vêm buscando auxílio para sua ação pedagógica e pesquisando novas possibilidades para contribuir de forma mais significativa com a aprendizagem dos alunos. Assim, os professores têm tentado, mesmo diante das dificuldades apresentadas, oferecer aos alunos com TDAH, um ensino de qualidade, sem segregá-lo no espaço escolar, pois o reconhece como pessoa que tenha a necessidade de acompanhamento especial.

Esse estudo nos revela também que é preciso aplicar uma ação didático-pedagógica direcionada para este aluno, visando estimular sua autoestima, levando em conta a sua falta de concentração, criando atividades diversificadas para que não haja um comprometimento durante sua aprendizagem. Para tal, percebemos também que se faz necessária à formação continuada dos professores, caso o objetivo seja de se pensar na melhoria da qualidade do ensino.

Em relação à inclusão, da forma como está posta, podemos dizer que ela não existe em sua íntegra, pois a matrícula, apenas a matrícula, sem uma política de garantia de permanência e de aprendizagem satisfatória, não se pode configurar como inclusão educacional. Por essa razão é que arriscamos a falar que ela também exclui, por não estar preparada, em diversos aspectos, desde a infraestrutura até as questões pedagógicas para promover o aprendizado desse aluno.

A inclusão deste grupo social nos processos educativos nas escolas regulares é um processo complexo que implica transformações profundas desde as representações sociais e culturais acerca da deficiência; a operacionalização da legislação; a reorganização dos tempos e espaços escolares; a gestão dos processos no interior das unidades escolares; as práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos e processos de desenvolvimento.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. A concretização da política de inclusão já se torna perceptível quando as redes de ensino começam a se organizar para receber e oferecer as condições de aprendizagem a todo seu alunado. A escola que entendeu o princípio da inclusão sabe que precisa rever as práticas pedagógicas, não porque agora tem a presença de um aluno com deficiência na sala de aula, mas pelo motivo de compreender que não se pode ignorar a heterogeneidade de seus alunos.

Referências bibliográficas

BASSOLS, Ana M. Siqueira. et al. (Orgs). **Saúde Mental Na Escola 1: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: guia completo para pais e professores e profissionais da saúde**. Trad. Luís Sérgio Roizman – Porto Alegre: Artmed, 2002.

BENCZIKI, Edyleine Bellini Peroni; CASELLA, Erasmo Barbante. Compreendendo o impacto do TDAH na dinâmica familiar e as possibilidades de intervenção. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, vol.32, n. 97. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100010>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGLIA, Heloisa H. As Dificuldades de Aprendizagem e suas causas. **Revista Uniasselvi**. Curitiba, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALLOWELL, Edward M.; RATEY, John J. **Tendência à distração: A identificação e a gerência do distúrbio do déficit de atenção da infância à vida adulta**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PERES, Clarice. **TDA-H (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) da Teoria à Prática: Manual de estratégias no âmbito familiar, escolar e da saúde**. Rio de Janeiro: Wak Editora 2014.

SCANDAR, Rubin O. **El niño que no podía dejar de portarse mal**. Argentina: Distal. 2007.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Inquietas: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas impulsivas e hiperativas**. São Paulo: Editora Gente, 2003.